

Eixo Temático ET-13-005 - Educação Ambiental

DESENVOLVIMENTO DE AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE EM UMA COMUNIDADE NO VALE DO RIO DOCE

Maria Cecília Pinto Diniz; Dilemara de Pinho Damasceno Sellos

Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Mestrado em Gestão Integrada de Território, Governador Valadares, MG. Agência de Fomento: CNPq, UNIVALE

RESUMO

As reflexões apresentadas neste artigo foram produzidas em uma pesquisa em desenvolvimento que se propõe a evidenciar o papel central que a Educação Ambiental, com enfoque em recursos hídricos, desempenha na Saúde. O objetivo é promover e divulgar o conhecimento do uso sustentável da água com a participação da comunidade, favorecendo a compreensão do uso integrado e eficiente, contribuindo para a formação de cidadãos participativos. Tem como referencial teórico metodológico a Pesquisa-Ação. Os resultados iniciais dessa investigação enfatizam a necessidade de que o processo educativo junto às comunidades seja permanente e efetivo e que favoreça a construção de conhecimentos e ações coletivas orientadas pelos princípios de sustentabilidade e utilização de recursos hídricos.

Palavras-Chave: Educação em Saúde; Ambiente; Território.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos discussões e resultados de uma investigação em desenvolvimento que se propõe evidenciar o papel central que a Educação Ambiental, com enfoque em recursos hídricos, desempenha na Saúde. A ideia-kerne é possibilitar a percepção de uma comunidade localizada em um assentamento rural, chamado Cachoeirinhas, na cidade de Tumiritinga, no Estado de Minas Gerais acerca de suas próprias questões, colaborando para o desenvolvimento autônomo de estratégias originais e específicas, criando condições favoráveis para o reforço da ação comunitária e facilitando seu engajamento em projetos coletivos.

O desenvolvimento sustentável busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, ou seja, o equilíbrio entre tecnologia e ambiente considerando-se diferentes contextos e diversos grupos sociais na busca da equidade e da justiça social. Assim, a proteção do ambiente e em especial os recursos hídricos tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento de uma dada região.

No campo da saúde, a realização da Rio+20, precedida pela Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, assim como a 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental e a 14ª Conferência Nacional da Saúde, para citar alguns eventos marcantes, vem colocando em destaque as relações entre desenvolvimento sustentável e saúde na perspectiva da promoção da equidade. Percebendo que o tema da saúde deve necessariamente estar presente nas discussões, por ser um dos principais componentes do pilar social e estar profundamente relacionado com os pilares econômico e ambiental do desenvolvimento sustentável nas sociedades contemporâneas, propomos o presente estudo.

OBJETIVO

Promover e divulgar o conhecimento do uso sustentável da água com a participação da comunidade, favorecendo a compreensão do uso integrado e eficiente, contribuindo assim, para a formação de cidadãos participativos.

METODOLOGIA

A pesquisa vem sendo desenvolvida em um assentamento rural às margens do Rio Doce, na cidade de Tumiritinga, que, assim como outras áreas da Bacia do Rio Doce, mostra que os processos de ocupação e crescimento econômico, concentrados principalmente nos últimos 50 anos, aconteceram de uma forma totalmente desordenada, sem levar em conta os possíveis reflexos futuros (CBH - DOCE, 2013). Em decorrência disso, a região - que se encontra em estado de desertificação - perdeu, entre as décadas de 1970 e 1980, cerca de 40% de sua população (IBGE, 2000).

Para o desenvolver da pesquisa, temos como referencial teórico/metodológico a Epidemiologia Popular e Pesquisa Participativa Baseada na Comunidade. Procuramos estimular o desenvolvimento da comunidade pesquisada a partir de suas próprias bases e potencialidades, incentivando o “desenvolvimento autônomo”, através do empoderamento conferido a esta comunidade ao se envolver na reflexão de seus próprios problemas e identidade. A proposta, portanto, é incluir o grupo pesquisado no próprio processo da pesquisa, outorgando a ele o poder de sujeito da reflexão do problema e de protagonista da ação que irá enfrentar.

A coleta de dados se efetiva em duas etapas: quantitativa, que utiliza como instrumento: (1) questionários de indicadores sociais, econômicos, demográficos dos moradores e as características básicas do domicílio; (2) questionário para avaliar o nível de conhecimento das pessoas quanto à qualidade da água usada ou consumida; (3) análises da água de consumo humano e múltiplos usos, além das determinações físico-químicas das mesmas; (4) questionário para avaliar a percepção das pessoas quanto a sua saúde. Já na etapa qualitativa, optou-se pelo emprego das técnicas de observação participante, grupos focais e oficinas, segundo metodologia proposta por El Andaloussi (2004); Oliveira; Oliveira (1986); Pichon-Rivière (1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diferentes autores do campo dos Estudos Territoriais enfatizam que a relação com o ambiente, com a produção, com o trabalho, com os modos de organização política, com os processos de gestão, com a cultura, com as tecnologias, com os artefatos, com a terra (e sua luta por ela) são constituintes do Território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2007a, 2007b; FERNANDES, 2008).

Ainda em fase de coleta e desenvolvimento das ações, o contato com o campo de pesquisa vem nos mostrando como esses elementos são constitutivos do Assentamento de Cachoeirinha em sua luta pela preservação da terra e sobrevivência nesse espaço. O Assentamento possui uma área de 408,0844 ha., num perímetro de 10.001,10 metros e está localizado a apenas 2 km da sede do município. Atualmente existem 33 famílias assentadas, mas apenas 31 foram contempladas com lotes fora da área coletiva, uma vez que dois lotes destinados a esse Assentamento são controlados por trabalhadores ligados Movimento Sem Terra - MST.

Podemos encontrar nesse assentamento indícios dos diferentes enfoques pelos quais se pode analisar o território e as territorialidades ali constituídas. No assentamento Cachoeirinha a vertente política, referente às relações de espaço-poder

institucionalizadas, comparece nos embates cotidianos com o poder público municipal na demanda apresentada pelos/as assentados/as de apoio às atividades de manutenção da terra e da fixação dos sujeitos no campo (espaço delimitado, organizado e controlado pelo Estado); nas diferentes instâncias de representação em reuniões, associações, sindicatos, nas quais um dos líderes comunitários se envolve com os seus pares, mulheres e homens do campo; nas diferentes estratégias utilizadas para a sobrevivência e que desafiam o estabelecido por indústrias, governos, ordenamentos legais.

Constata-se, uma articulação entre a vertente política e a vertente econômica, na qual o território só existe quando se constitui como fonte de recursos, incorporado no debate entre os atores sociais das comunidades rurais, comunidades urbanas e políticos locais, representantes que desafiam a comunidade em sua opção pela terra e pela vida no campo. Se por um lado o território é uma fonte de recursos (HAESBAERT, 2004), por outro lado, o esgotamento desses recursos promove deslocamentos para a cidade em busca de trabalho, especialmente das mulheres e dos jovens. O olhar cultural ou simbólico-cultural permite-nos compreender o significado da ocupação e da valorização do assentamento Cachoeirinha expresso nas narrativas das lideranças locais masculinas e femininas.

É pois, no sentido dos aspectos simbólicos, aliadas às questões de poder e as relações que se estabelecem internamente neste grupo (entre mulheres e homens) assim como nos enfrentamentos pela manutenção da vida na terra que podemos pensar as questões relativas ao empoderamento, do grupo e, especialmente das mulheres, este último alvo de nossas atenções no campo de pesquisa. Estamos, portanto, atentos(as) enquanto pesquisadores(as) às ações de empoderamento do grupo, especialmente, nas lutas travadas pela sobrevivência na e da terra. Chama-nos a atenção, de modo especial, o protagonismo das mulheres expresso nas falas tanto masculinas como femininas. Entretanto, é importante considerar, não somente ações de empoderamento feminino no âmbito coletivo ou de luta feminina conjunta pelo exercício dos direitos, mas, também, ações mais sutis e refinadas e que impactam o âmbito da cultura.

Ao buscarmos, no processo de pesquisa, identificar as questões territoriais que desafiam a comunidade uma que nos parece central é a preservação ambiental, com o foco específico na água e um dos problemas identificados que impactam essa preservação é a degradação que desafia, não só este assentamento, mas a sociedade atual.

Ao refletirmos sobre essas questões que desafiam a comunidade (preservação da água), especialmente pela sua especificidade por ser um assentamento de trabalhadores muito próximo da cidade, retornamos ao proposto por Haesbaert (2004) sobre a vertente simbólico cultural do território. Constatam-se relações subjetivas dos sujeitos com a terra, com a sua preservação que são marcadas pela afetividade, pelo desejo de permanência, por valores, por diferentes concepções e atitudes, por construções identitárias, por relações de gênero.

A educação ambiental, por seus princípios integradores e de promoção da qualidade de vida, pode constituir o elo entre o entendimento do ambiente como totalidade que inclui a comunidade, as condições materiais concretas e mudanças de paradigma na construção da defesa do mesmo.

É, portanto, nos espaços educativos que esta pesquisa se propõe a construir, pois acreditamos ser possível a partilha de vivências e aprendizagens, dessas mulheres e desses homens no campo e em sua luta para preservá-lo, bem como as articulações que se estabelece com os espaços urbanos pela proximidade deste assentamento com a cidade e que acentua, certamente, as questões ambientais, como a destinação do lixo,

por exemplo. Acreditamos nas potencialidades da reflexão coletiva sobre histórias de vida, luta, trabalho e questões que desafiam esta comunidade específica. São mulheres e homens que educam a si mesmas/os, se transformam e transformam o mundo, e dessa maneira assumem “[...] uma forma nova de estar *sendo*; já não podem atuar como atuavam; já não podem permanecer como *estavam sendo*” (FREIRE, 1993, p.54, grifos nossos). Nesse processo de transformação certamente, nós enquanto, pesquisadoras e pesquisadores estaremos implicados.

CONCLUSÕES

Contemporaneamente, há um consenso sobre a necessidade de serem transcendidos os clássicos dualismos entre natureza e sociedade. Esse movimento, afirma que todo saber ambiental deve reorientar valores, instrumentalizar normas, estabelecer políticas para construir uma nova racionalidade ambiental; desta forma o saber ambiental adquire um sentido estratégico e prático na construção da realidade social (FREITAS et al., 1999). Considerando-se esses pressupostos, qualquer ação em educação ambiental, como a que se pretende desencadear com este grupo, deve possibilitar leituras territoriais que possibilitem identificar fragilidades e potencialidades da comunidade para a construção de novas relações ambientais.

Não existe intervenção isolada de um determinado contexto, espaço, tempo e sujeitos. Portanto, a possibilidade teórico-prática do sustentável e do saudável só existe referida aos territórios e territorialidades específicas. Porém, para além disto, a definição mesmo do que é sustentável e saudável também só é possível em situação, a partir do diálogo entre sujeitos, suas experiências e interesses, da ecologia de saberes. Isto está parcialmente contemplado no parágrafo 28 da versão zero: “Nós reconhecemos que cada país, respeitando as realidades específicas de desenvolvimento econômico, social e ambiental assim como condições e prioridades particulares, fará as escolhas apropriadas” (FIOCRUZ, 2012). Temos assim, como perspectivas, promover as escolhas apropriadas com e para o grupo pesquisado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os moradores do Assentamento Rural das Cachoeirinhas pela colaboração e empenho no desenvolvimento deste estudo. Agradecemos também o apoio financeiro do CNPq e da UNIVALE.

REFERÊNCIAS

- CBH-DOCE. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. **CBH Rio Doce**. Governador Valadares, 2013. Disponível em <<http://www.riodoce.cbh.gov.br>>. Acessado em: 1 maio. 2013.
- EL ANDALOUSSI, K. **Pesquisas-Ações: ciências, desenvolvimento, democracia**. São Carlos: EdUFSCar, 2004.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/ Fiocruz. **Saúde na Rio+20: Desenvolvimento Sustentável, Ambiente e Saúde - Documento para discussão**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FREITAS, C.N.; SOARES, M.; PORTO, M.F.S. Subsídios para um programa na Fiocruz sobre saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- FERNANDES, B.M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (Org.). **Campesinato e Território em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades 2000**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: 14 de julho de 2011.
- OLIVEIRA RD & OLIVEIRA MD. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, CR. (org). **Pesquisa Participante**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 17-33.
- PICHO-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão popular, 2007b.
- SAQUET, M.A. As diferentes abordagens do território e apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n.43, p. 55-76, jan./jun. 2007a.